

Análise de conjuntura: o que é e como se faz?

DANIEL JATOBÁ *

** Doutor em Ciência Política (IESP/ UERJ) e Mestre em Relações Internacionais (IREL/UnB). Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais/UnB e um dos Coordenadores do Núcleo de Estudos Latino-Americanos/UnB. Tutor do Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais/ UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4101446986138775>.*

Este texto expõe os fundamentos conceituais e metodológicos da análise de conjuntura, estruturando-se em torno de duas perguntas fundamentais: o que é uma análise de conjuntura? E como fazê-la — ou, dito de outro modo, quais são seus elementos constitutivos? A intenção é oferecer uma contribuição que seja útil para analistas, estudantes e pesquisadores em geral, gestores públicos e de organizações políticas, econômicas e sociais enfim, quaisquer pessoas que tenham interesse em conferir inteligibilidade a determinada conjuntura por meio de um texto de análise. Mediante a exposição do conceito de análise de conjuntura e a discussão de seus sete elementos essenciais, pretende-se auxiliar, do modo mais sintético e rigoroso que pude, quem queira desenvolver a sua capacidade de elaboração de análises de conjuntura.

O que é análise de conjuntura?

É, fundamentalmente, um instrumento de conhecimento aplicado a uma conjuntura específica. O termo 'conjuntura' designa uma configuração singular de fatos, processos, relações entre atores sociais e suas dinâmicas de interação política, econômica e social, delimitada por um recorte espacial e temporal definido pela própria análise. Ela resulta da combinação singular de fatores, processos, correlações de força e eventos que, em dado momento, conformam a dinâmica da realidade social, política e econômica. Nenhuma conjuntura surge do acaso ou se explica apenas pelos fatos imediatos: ela expressa, de maneira condensada, tanto os efeitos acumulados de processos históricos e estruturais quanto os movimentos, escolhas e disputas dos agentes envolvidos naquela circunstância da realidade social, política e econômica. Ela resulta de um recorte analítico que permite captar como, em certo momento, se organizam as tensões, as alianças, os conflitos, as possibilidades e os impasses que estruturam um dado cenário.

Nesse sentido, a análise de conjuntura visa a conferir sentido a um conjunto de evidências empíricas acerca de processos sociais em sentido amplo, os quais frequentemente ainda estão em curso no momento de elaboração da análise – o que não impede o analista de investigar e interpretar uma conjuntura cujo desfecho, por assim dizer, já se definiu no momento da publicação. A análise de conjuntura, assim, não é um exercício de descrição linear dos fatos, mas uma operação interpretativa que busca compreender as lógicas de funcionamento, os fatores dinâmicos ou motrizes que estão em disputa naquele momento, sem perder de vista os condicionantes estruturais nem a historicidade que dá forma à situação presente.

As evidências empíricas recolhidas pelo analista encontram-se fragmentadas, dispersas e aparentemente desconexas, sendo reunidas pelo analista em um esforço de síntese e inteligibilidade, o que se faz sempre a partir de certo enquadramento teórico e conceitual. Tal como a concebo neste texto, a análise de conjuntura é uma modalidade textual de natureza interpretativa, inserida no campo das ciências sociais e dotada de características e procedimentos próprios.

Em muitos casos, ela é utilizada como ferramenta na elaboração de estratégias de intervenção, isto é, como um instrumento orientado para a ação – embora isso não seja uma necessidade. Seja como for, uma análise jamais deve pautar-se exclusivamente por sua orientação prática, pelos ideais ou pela visão de mundo de quem a realiza: ela é mais do que isso. Assim como é mais do que uma simples descrição dos fatos e acontecimentos mais relevantes da conjuntura, dos atores principais, seus interesses, comportamentos e correlação de forças entre eles, das arenas políticas nas quais atuam e daquilo que está em jogo nas suas disputas. Baseia-se na observação rigorosa de objetos empíricos, mas é importante frisar que ela jamais abdica da perspectiva analítica que organiza sua interpretação, uma vez que sempre há um ponto de vista envolvido na sua leitura da realidade – como, de resto, em toda percepção da realidade. Uma análise nunca é totalmente neutra, embora deva resultar de um esforço combinado entre a perspectiva analítica escolhida para o caso, por um lado, e a atividade de coleta, organização e interpretação de dados, por outro.

Em outras palavras, a análise de conjuntura deve combinar teoria e investigação empírica. A teoria fornece a perspectiva adotada, por meio de um conjunto de pressupostos, conceitos e argumentos que visam à

compreensão da conjuntura e explicação daquilo que não está visível, daquilo que, ao menos hipoteticamente, está por trás da teia dos acontecimentos; é a ótica que orienta a própria pesquisa empírica e fornece sustentação racional para a interpretação apresentada. Já os elementos empíricos da pesquisa são constituídos pela complexa combinação de fatos e acontecimentos que configuram a realidade conjuntural. Trata-se do campo de experiência passível de observação pelo analista, daquilo que aconteceu ou está em curso; em suma, a realidade externa ao investigador, podendo incluir dados quantitativos ou qualitativos, elementos históricos ou da atualidade, documentos, discursos, notícias, entrevistas e quaisquer outros registros que propiciem a reconstrução da configuração e da dinâmica da conjuntura.

É ilusório supor que ‘os dados falam por si só’. A análise de conjuntura realiza um trabalho de mediação entre empiria e teoria, entre informação e interpretação, entre a experiência situada e a construção analítica. Como precisou certa vez meu ex-professor Renato Lessa, “nenhum dado fala, eles são portadores incuráveis de afasia, eles não têm o dom da palavra; nós é que temos, nós é que sabemos perguntar” (Lessa, 1998, p. 5). Ou, como lembra um famoso aforismo de Marx, se a forma de manifestação, isto é, a aparência factual, e a essência das coisas coincidissem imediatamente, toda ciência seria supérflua (Marx, 2017). Uma das características da análise de conjuntura é esse trabalho de mediação.

Além disso, ao contrário do que se afirma muitas vezes, a elaboração de análises não é uma atividade espontânea e natural do ser humano. Não se faz análise de conjuntura o tempo todo, sobre qualquer coisa, de forma intuitiva. Não devemos concordar com a ideia de que fazemos análises de conjuntura a todo momento, na vida cotidiana, “sabendo ou não, querendo ou não”, como escreveu o sociólogo Herbert de Souza (2014 [1984], p. 7). Essa concepção dilui a especificidade e o caráter técnico da prática de elaboração de análises e compromete o seu rigor metodológico. Ela é uma atividade intelectual que exige do analista a capacidade de problematização epistemológica, fundamentação teórica e metodologia adequada de coleta, análise e interpretação de evidências empíricas. Sem dúvida, todos somos leitores do tempo presente e intérpretes da realidade que habitamos: emitimos juízos, reagimos a eventos, interpretamos o mundo a partir de nossa posição no campo social. Contudo, essas observações não autorizam a conclusão de que toda leitura ou opinião sobre os acontecimentos possa ser

chamada, de forma legítima, de análise de conjuntura.

Ela deve conter uma série de elementos essenciais, incluindo a delimitação de um recorte a um só tempo temático, temporal e espacial, a escolha de um problema ou aspecto particular da conjuntura que se pretende analisar, a identificação de eventos disparadores, o mapeamento dos sujeitos mais relevantes e suas disputas e coalizões, a vinculação da conjuntura à sua inserção histórica e estrutural, a construção de cenários prospectivos e, com frequência, orientações estratégicas para atores envolvidos nos processos analisados. Enfim, inclui uma série de operações intelectuais mais ou menos estabelecida na literatura a respeito das técnicas de elaboração de análises. Nenhuma dessas etapas é automática, todas requerem compromisso teórico e rigor metodológico. Quando reduzida a um juízo imediato ou espontâneo sobre a realidade, a análise de conjuntura perde seu valor cognitivo e se dissolve no ruído da opinião pública.

Nesse sentido, há uma lista mais ou menos convencional dos elementos básicos da análise de conjuntura. Eles serão melhor desenvolvidos na próxima seção e são uma espécie de “caixa de ferramentas” do analista.

Primeiramente, toda análise deve identificar os acontecimentos que, tanto por sua relevância como por seus efeitos atuais, deram origem à conjuntura analisada: qual foi ou quais foram os fatos principais que desencadearam a configuração da conjuntura? Essa identificação e a delimitação do recorte analítico relacionam-se com o problema ou aspecto particular que se pretende investigar.

Em segundo lugar, é preciso identificar e caracterizar os agentes ou atores mais relevantes, seus interesses ou preferências, recursos disponíveis e estratégias utilizadas para engajar-se no processo em curso, seja por meio de conflitos profundos ou disputas episódicas, seja por meio de cooperação ou formação de alianças com outros sujeitos relevantes: quem são, o que desejam, de que recursos dispõem e como se comportam naquela conjuntura específica?

O terceiro componente é a identificação da arena, isto é, o espaço onde se desenrolam as ações dos agentes envolvidos na trama conjuntural. Em outras palavras, onde ocorrem as interações estratégicas mais relevantes ou, ainda, para onde os agentes direcionam seus esforços, por

acreditarem que ali terão mais chance de fazer prevalecer seus interesses? Muitas vezes, a arena é constituída por diferentes espaços nos quais esses agentes atuam.

Outro componente essencial – e frequentemente negligenciado, infelizmente – é a articulação entre o que é próprio da atualidade da conjuntura, a sua dimensão sincrônica, e aquilo que é oriundo da história e da estrutura na qual ela se insere, a sua dimensão diacrônica e estrutural. É essa articulação que nos permite avaliar o peso da história e das propriedades estruturais que conferem durabilidade e continuidade aos fenômenos sociais, bem como resistência às transformações sociais em sentido amplo, por isso a sua importância fundamental.

O quinto elemento é a caracterização das relações de poder prevaletentes na conjuntura, aquilo que normalmente é referido como a “correlação de forças”. Se ao falarmos dos agentes é preciso identificar interesses, estimar recursos e discernir suas estratégias de ação, ao se falar em correlação de forças é preciso considerar tudo isso “em relação”, ou seja, suas forças devem ser vistas em conjunto e a partir da reconstrução de suas convergências e contradições.

O sexto componente consiste na construção de cenários, isto é, na prospecção dos possíveis desdobramentos futuros da conjuntura e – dentro das possibilidades limitadas pela incerteza sempre presente nos processos sociais, em maior ou menor grau – a identificação de quais são os cenários futuros mais prováveis, dentre aqueles considerados possíveis. Mas atenção: não se trata de um exercício de futurologia, como se diz, mas de prospectar possibilidades e avaliar probabilidades relativas com base em uma análise rigorosa, teórica e metodologicamente fundada, das tendências atuais observadas na conjuntura.

Por fim, quando for cabível, a análise de conjuntura apresentará e examinará possíveis estratégias de intervenção na realidade, considerando determinados objetivos ou ideais. Considero este sétimo elemento facultativo, uma vez que, mesmo na sua ausência, a análise mantém o seu valor de instrumento de cognição da realidade. Em outras palavras, a análise irá propor orientações de ações voltadas a atingir determinado objetivo prático de quem produziu a análise, enquanto indivíduo ou, o que é mais comum, como integrante de determinada organização ou grupo social; ou, ainda, de qualquer pessoa ou organização que tenha interesse em pautar suas ações de acordo com a leitura da realidade e

as orientações oferecidas pela análise. Convém salientar, contudo, que é necessário não confundir as orientações práticas que se pode extrair da análise com a mera projeção de valores ou ideais do analista ou da organização da qual faz parte. A análise de conjuntura não deve ser pautada exclusivamente por sua orientação prática, mas possuir sólidos fundamentos epistemológicos, afinal, ela é, antes de tudo, um instrumento de conhecimento da realidade.

Analisar uma conjuntura requer método, disciplina interpretativa e responsabilidade intelectual. Sendo uma prática de investigação em bases científicas da realidade, exige do analista tanto o conhecimento factual da realidade como o exercício da sua capacidade de julgamento. Todavia, o juízo analítico não se confunde com a mera opinião pessoal ou posicionamento moral. A análise de conjuntura, embora carregue uma perspectiva própria e exerça assim uma mediação interpretativa do nosso acesso ao mundo, não deve resultar de leitura arbitrária ou ser apenas uma projeção das nossas preferências sobre o objeto analisado. Ela é situada, porém deve buscar objetividade, a qual se baseia na separação entre o mundo real e as preferências políticas, ideológicas ou axiológicas do analista.

É claro que essa separação não é simples, ninguém disse que o seria. A análise pode – e deve – ser comprometida e responsável, porém não simplesmente panfletária. Ela deve basear-se em evidências empíricas e em categorias bem definidas e articuladas discursivamente, para melhor interpretar os movimentos em curso e identificar as tendências presentes e os devires possíveis. Em última análise, é essencial distinguir entre “o dever científico de ver a verdade dos fatos” e “o dever prático de aderir aos próprios ideais”, para usar as expressões de Max Weber (2001[1919], p. 113). Essa distinção entre o conhecer e o julgar é essencial para toda empreitada analítica. Quem confunde essas duas dimensões compromete o valor cognitivo da análise.

Como fazer uma análise de conjuntura? Explorando sete componentes básicos

Há um conjunto de categorias analíticas relativamente consolidadas nas ciências sociais, que estruturam o processo de construção de toda análise rigorosa, embora não haja um único modelo, ou metodologia consensual, para se produzir uma análise de conjuntura. Esta seção desenvolve sete componentes ou categorias essenciais que conformam a mencionada “caixa de ferramentas” do analista: (1) os fatos e acontecimentos caracterizadores da conjuntura; (2) os agentes e seus interesses, recursos e comportamentos; (3) a correlação de forças entre os agentes analisados; (4) as arenas ou espaços de disputa; (5) a articulação entre conjuntura, história e estrutura; (6) os desdobramentos possíveis e, dentre eles, os mais prováveis; e, por fim, (7) orientações estratégicas para determinados sujeitos interessados em atuar sobre a conjuntura. Esses elementos não se apresentam prontos ou organizados claramente no mundo real da conjuntura. Em vez disso, cada um deles deve ser cuidadosamente construído a partir de uma investigação rigorosa e ancorada na observação da realidade, na coleta sistemática de dados e na mobilização de referenciais teóricos que permitam não apenas descrever, mas interpretar e explicar a dinâmica do processo social em análise.

Porém, identificar e desenvolver isoladamente cada um desses sete componentes não basta para que se produza uma boa análise de conjuntura. O maior desafio – talvez o mais decisivo, eu diria – reside na capacidade de articular esses elementos em uma síntese interpretativa coerente, que permita ampliar o entendimento de uma realidade profundamente complexa, atravessada por múltiplas determinações, temporalidades e escalas ou níveis de análise. Não se trata de simplificar o real, tampouco de reduzi-lo a uma narrativa linear e empobrecedora da complexidade de toda conjuntura. Ao contrário, é pelo exercício do pensamento complexo que se deve organizar um eixo interpretativo consistente, capaz de evidenciar os vetores ou forças atuantes na conjuntura, contradições internas, tendências atuais e desdobramentos por vir.

Essa capacidade de síntese interpretativa coerente, longe de ser mero artifício técnico ou retórico, constitui uma operação eminentemente epistemológica. Não se

reduz à uma questão de construir uma boa redação. A dificuldade central da análise não está na habilidade linguística, mas na operação intelectual de construção de um sentido sobre a realidade. Trata-se de uma questão epistemológica, que exige do analista rigor na seleção dos fatos, coerência na articulação dos argumentos e clareza na exposição das conexões entre os diferentes elementos do processo analisado. É essa capacidade de síntese que transforma um conjunto disperso de informações em uma leitura densa, fundamentada e útil da realidade. É assim que a análise de conjuntura cumpre a sua função de servir como instrumento de conhecimento da realidade. Vamos às sete categorias essenciais, sendo apenas a última delas facultativa.

Fatos e acontecimentos caracterizadores da conjuntura

O ponto de partida é a identificação dos fatos e acontecimentos que, por sua relevância e efeitos, deram origem à configuração da conjuntura. São os fatos, acontecimentos e processos que se combinaram para conformar determinada conjuntura. Nem todo fato, no entanto, tem relevância analítica. A realidade social produz uma infinidade de fatos todos os dias, em quase incontáveis lugares do mundo, mas é somente a alguns deles que se atribui o status de acontecimentos: são aqueles que provocam tensionamento, desestabilização, potencial de transformação do arranjo social, político ou econômico vigente – por exemplo, a ocorrência de uma guerra, uma crise econômica, político-institucional ou humanitária, uma revolta social, uma reunião de cúpula, um resultado eleitoral inesperado, um acordo de paz ou de cessar fogo, a consumação de um assassinato político, enfim, algum fato capaz de instaurar uma nova conjuntura ou alterar determinado estado de coisas. A atribuição do status de “acontecimento” não é algo dado ou intrínseco, mas depende do contexto, dos sujeitos envolvidos e, sobretudo, da perspectiva analítica. Tampouco se trata de listar tudo o que ocorre, ou ocorreu, ou de se realizar a mera descrição cronológica dos fatos, mas sim de escolher, com base em critérios analíticos explícitos previamente definidos, os acontecimentos fundamentais da dinâmica conjuntural.

Não há critérios gerais e preestabelecidos para a escolha dos acontecimentos detonadores da conjuntura. Um acontecimento pode ser algo súbito, embora nunca ocorra no vazio, por mais inesperado que seja. O mais comum

é ser a culminância de ações e processos históricos cumulativos que, em determinado momento, adquirem relevância para a dinâmica social de uma comunidade, um Estado ou um grupo deles, uma região etc. O mais importante é o analista ter consciência da necessidade de discernir e singularizar que acontecimentos podem operar como chave interpretativa de determinada conjuntura. Noutras palavras, é preciso identificar, no fluxo incessante dos fatos, os acontecimentos que possuem valor para a sua compreensão. Um acontecimento é um fato que produz repercussões relevantes, produz uma ferida ou cicatriz na realidade. É o resultado de um conjunto de fatores e, ao mesmo tempo, carrega potencial de novas transformações; é ao mesmo tempo ato e potência.

Agentes e seus interesses, recursos e comportamentos

Toda conjuntura se manifesta através da ação de sujeitos concretos, sejam eles indivíduos, grupos de interesse, organizações políticas, corporações econômicas, classes sociais, Estados, grupos de Estados, organismos internacionais, entre outros. Esses agentes buscam intervir no curso dos acontecimentos com o intuito de influenciar os resultados. Identificar esses agentes é uma outra etapa fundamental da produção de uma análise, pois são eles que interpretam a realidade, elaboram estratégias, mobilizam recursos e interagem em determinados espaços de conflito, seja por meio de disputa aberta, da negociação, do domínio, da subordinação, da coordenação ou formação de alianças, da cooperação tática ou outras formas de relacionamento.

Os agentes podem ser identificados e investigados a partir de pelo menos três questões básicas: quem são os agentes mais relevantes da conjuntura? Quais são os interesses que orientam as suas ações e estratégias? Que recursos dispõem para atuar na luta pelos seus interesses? Responder a essas três questões básicas não é um exercício puramente descritivo, mas parte de um esforço analítico de compreensão de como os sujeitos se encontram dispostos uns em relação aos outros, construindo, por meio dos seus comportamentos individuais e suas dinâmicas de interação social, maiores ou menores possibilidades de reconfiguração da realidade da qual eles próprios participam.

Vale ressaltar que não basta nomear os agentes e identificar os seus interesses, sejam eles de natureza política,

econômica, simbólica ou ideológica; é imprescindível ponderar os recursos de que dispõem para transformar os seus interesses em ação efetiva, como, por exemplo, recursos econômicos, políticos ou sociais, capacidade de mobilização política ou social, controle de informações ou acesso privilegiado aos meios de comunicação, capital simbólico, legitimidade ou representatividade junto a certos grupos, conhecimento ou expertise técnica. Com relação à determinação desses recursos, eles podem ser concebidos “como um estoque previamente detido por cada ator, gerados no bojo de processos anteriores e externos aos conflitos em causa, ou, pelo contrário, em alguma medida ao menos, como resultado dos processos de luta cuja configuração caracteriza uma conjuntura dada” (Cruz, 2000, p. 150). Naturalmente, outras visões teóricas podem fornecer concepções adicionais de recursos de poder. Seja como for, especificar os recursos disponíveis aos sujeitos envolvidos é uma etapa crucial, sem a qual não se faz a análise de uma conjuntura política.

Relações de poder ou correlação de forças

A análise das dinâmicas de poder é um dos núcleos centrais e decisivos de qualquer análise de conjuntura. Ela expressa, em cada momento, o equilíbrio ou desequilíbrio entre agentes, suas capacidades, recursos, contradições, alianças e margens de manobra. Contudo, a correlação de forças está longe de ser um elemento fixo; ela é uma configuração dinâmica, permanentemente tensionada, sujeita a deslocamentos, erros de cálculo, consequências não intencionais, reconfigurações nas alianças e mudanças nas percepções ou preferências dos agentes. Mais do que simplesmente mapear estoques de recursos – políticos, econômicos, militares, institucionais, simbólicos etc. –, importa compreender como esses recursos são efetivamente mobilizados no interior da disputa. Trata-se de captar de que modo são ativados, desmobilizados, reprimidos ou reorganizados em função dos movimentos estratégicos dos atores e das transformações no ambiente político. Como salienta Paul Pierson (2004, p. 167), inserir a política no tempo, “situar sistematicamente momentos específicos – incluindo o presente – dentro de uma sequência temporal de eventos e processos” permite enriquecer enormemente a compreensão das dinâmicas sociais complexas. Ignorar que a política se desenrola no tempo é comprometer qualquer esforço sério de inteligência da conjuntura.

Portanto, a correlação de forças deve ser analisada como um campo em movimento — tal como uma narrativa cinematográfica, em contraposição a um instantâneo fotográfico, sugere metaforicamente Pierson. O essencial não é somente quem detém mais recursos, mas quem sabe mobilizá-los, no tempo e no espaço certos. Como observa Herbert de Souza, “a relação de forças não é um dado imutável (...) sofre mudanças permanentemente e é por isso que a política é tão cheia de surpresas” (Souza, 2014 [1984], p. 13). O desafio consiste em esclarecer o jogo dinâmico entre, de um lado, estruturas de poder relativamente estabilizadas, com sua maior ou menor resistência à mudança, e, de outro lado, pressões conjunturais por transformação, sejam de caráter progressista, conservador ou reacionário. Compreender a correlação de forças é, assim, reconhecer sua natureza histórica, processual e contingente, permanentemente construída, tensionada e suscetível a reconfigurações a partir da interação entre os agentes, suas estratégias e os condicionantes dos espaços onde atuam.

Arenas ou espaços de disputa

Nenhuma conjuntura se desenrola no vazio. Toda dinâmica social e política se materializa em espaços concretos onde se processam interações, disputas, negociações e deslocamentos de força. Esses espaços, que denominamos arenas, espaços ou loci de disputa, constituem os palcos ou cenários reais onde os agentes envolvidos mobilizam seus recursos, definem estratégias e disputam poder. Cada arena possui lógicas de funcionamento, códigos, graus de acessibilidade e dinâmicas próprias, que favorecem determinados agentes e prejudicam as posições de outros. Identificar e compreender as particularidades das arenas é uma ferramenta essencial para interpretar como, onde e por meio de que mecanismos os agentes tentam fazer prevalecer suas preferências. Na observação de Souza, as particularidades das diversas arenas “influenciam o desenvolvimento da luta e muitas vezes o simples fato de mudar de cenário já é uma indicação importante de mudança no processo” (2014[1984], p. 11).

Aqui também é fundamental reconhecer a dinamicidade da conjuntura, pois ao longo do tempo as disputas se deslocam através de diferentes espaços, refletindo tanto alterações na correlação de forças quanto adaptações nas estratégias dos agentes. Afinal, politizar uma questão é “inseri-la em uma arena de disputas entre atores com

preferências divergentes e/ou convergentes” (Flores e Jatobá, 2016, p. 132). Mapear o processo de politização significa compreender não apenas onde se dá a disputa, mas como os agentes definem suas preferências, formam coalizões e ajustam seus modos de agir de acordo com a natureza específica de cada espaço de disputa. Analisar as arenas não significa apenas localizá-las, mas também compreender suas regras e dinâmicas próprias, bem como o modo como as práticas configuram formas dos atores de lidar com elas e, sobretudo, interpretar como essas arenas moldam as possibilidades de ação dos agentes e os contornos da própria disputa política analisada.

Articulação entre conjuntura, história e estrutura

Nenhuma conjuntura se explica inteiramente por si mesma. Ela é sempre uma expressão momentânea e transitiva da trama mais ampla de relações históricas e estruturais. Embora haja importantes debates conceituais em torno do conceito de estrutura nas diversas disciplinas e perspectivas teóricas, podemos partir de uma noção geral de que as estruturas são arranjos relativamente estáveis de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que organizam determinada formação social. As estruturas definem as regras do jogo, os padrões de reprodução das relações sociais e outros fatores de estabilidade ou resistência às mudanças; sendo assim, elas condicionam profundamente as estratégias, os recursos e as oportunidades dos agentes.

Compreender uma conjuntura envolve, necessariamente, enredá-la no quadro mais amplo de heranças históricas arraigadas e condicionantes estruturais que a moldam. Uma possibilidade é pensar a questão a partir das múltiplas escalas temporais, em consonância com a clássica distinção de Fernand Braudel entre tempo curto, médio e longo (Braudel, 1982). Nesse sentido, a análise precisa capturar tanto o imediato – os eventos, tensões e correlação de forças do presente – quanto as estruturas de média e longa duração, que configuram as condições de possibilidade daquilo que emerge como problema, crise ou oportunidade para os agentes interessados na conjuntura. É válido, para esse propósito, sistematizar evidências empíricas que nos permitam caracterizar, por um lado, as etapas ou os períodos históricos que a precederam, e, por outro, os movimentos característicos dos ciclos econômicos, sociais e políticos – tudo isso tendo em mente as diversas temporalidades em jogo.

Cabe adicionar três observações que me parecem relevantes. Primeiro, o modo como se elabora analiticamente a articulação entre conjuntura, história e estrutura depende do enquadramento teórico adotado, uma vez que não há um modo único de conceber tais conceitos nem suas inter-relações. O que há, isso sim, é um conjunto de divergências ou de aproximações teóricas em torno do tema dos modos de articulação entre conjuntura, história e estrutura. Segundo, não há uma espécie de roteiro predeterminado a ditar o curso da conjuntura – todo presente está, em geral, prenhe de diferentes futuros possíveis, sem que se possa jamais antecipar, com certeza absoluta, qual deles vingará de fato. Por fim, destaco uma lição especialmente pertinente do sociólogo e militante social Betinho, figura emblemática da resistência democrática à ditadura militar: é preciso estar atento não apenas às forças da resiliência estrutural e às potencialidades de mudanças em sentidos já pronunciados, mas também estar atento aos “sinais de saída para o ‘novo’, o não acontecido, o inédito, (...) estar atento aos sinais dos fenômenos novos que começam a se manifestar” (Souza, 2014[1984], p. 14). Noutras palavras, a análise de conjuntura também deve farejar eventuais sinais daquilo que jamais aconteceu antes, mas que de algum modo já assoma como uma possibilidade gestada no interior do presente.

Desdobramentos possíveis e, dentre eles, os mais prováveis

Nenhuma análise de conjuntura rigorosa se propõe a prever o futuro como se fosse um exercício de adivinhação. A projeção de cenários não é um exercício de futurologia, mas um procedimento analítico que busca construir hipóteses ancoradas no conhecimento da configuração atual da conjuntura, das correlações de forças, dos comportamentos dos agentes envolvidos, da maior ou menor resiliência das estruturas subjacentes, isto é, na identificação de tendências observáveis e antecipação de possíveis desdobramentos de certo estado de coisas. Apesar dos processos sociais serem, por definição, abertos, dinâmicos e historicamente situados, cabe à análise discernir quais são os vetores atuais que parecem se fortalecer, quais por outro lado se enfraquecem, onde se vislumbra o surgimento de impasses políticos, de fissuras no bloco de poder hegemônico ou nas coalizões contra hegemônicas, de evidências atuais ou possibilidades de recomposição dos diversos grupos e coalizões em conflito.

Do que aqui se trata é de um esforço de interpretação prospectiva, que exige rigor e compromisso factual na análise da realidade presente e responsabilidade na imaginação de futuros possíveis, mantendo sempre a atenção às incertezas, aos imprevistos e às margens de indeterminação que caracterizam qualquer processo social. A projeção de cenários, portanto, exige que o analista compreenda a conjuntura como um sistema tensionado permanentemente pela interação entre forças e dinâmicas estruturantes relativamente estáveis e as forças e dinâmicas conjunturais que alimentam tanto os conflitos atuais quanto os potenciais de transformação. É a partir dessas tensões entre a estrutura e as forças em interação na conjuntura que se pode exercitar a imaginação, teórica e empiricamente fundamentada, dos devires possíveis.

Desde outro ângulo, a projeção de cenários deve conjugar a observação dos elementos objetivos – isto é, aquilo que está no campo dos fatores objetivos, como recursos materiais, posições institucionais e restrições estruturais – e subjetivos – isto é, aquilo que os agentes carregam consigo, como interesses, estratégias, percepções, crenças, discursos, narrativas e expectativas que moldam diretamente os seus comportamentos sociais. A distribuição objetiva dos recursos disponíveis aos agentes envolvidos não pode ser avaliada separadamente da capacidade desses agentes de formular e rever suas estratégias e táticas de ação, de organizar e reorganizar coalizões de apoio, de ajustar suas preferências, enfim, daquilo que está no campo da ação e interação dos sujeitos. Compreender em conjunto os elementos objetivos e subjetivos implicados na conjuntura é importante para vislumbrar o futuro como um campo de possibilidades no qual agentes, estruturas, processos e eventos se entrelaçam de modo dinâmico e frequentemente inesperado.

Por fim, um dos desafios centrais da análise de conjuntura é qualificar os futuros possíveis. Nem tudo o que é possível é igualmente provável, e o que é provável não está isento de incertezas. Essa hierarquização dos cenários consiste em estabelecer graus de probabilidade entre os diferentes desdobramentos possíveis da conjuntura, a partir do que a análise recolheu na investigação empírica e do olhar teórico adotado. Pode-se hierarquizar, por exemplo, os cenários de alta probabilidade, sustentados por tendências consolidadas e correlação de forças vigente; os cenários de probabilidade intermediária, dependentes de determinadas decisões, reconfigurações ou resoluções ainda pendentes; e, finalmente, os cenários de baixa

probabilidade, que mesmo sendo pouco prováveis não devem ser deixados de lado, na medida em que sua eventual concretização levaria a reconfigurações significativas da realidade analisada.

Orientações estratégicas

O último componente de uma análise de conjuntura, embora eu não o considere obrigatório, consiste na formulação de orientações estratégicas para agentes específicos. Seu objetivo é transmutar conhecimento analítico e interpretativo em aprimoramento da capacidade estratégica de agentes específicos. É claro que elas devem estar logicamente encadeadas com o desenvolvimento dos demais elementos expostos até aqui. Esse caráter de orientação de políticas é particularmente relevante quando a análise é realizada por, ou destinada a sujeitos políticos, organizações, movimentos sociais, instituições estatais, atores econômicos, entre outros, os quais não apenas buscam uma compreensão da realidade, mas também a definição ou a calibragem de suas estratégias e táticas de intervenção social. O propósito é oferecer alternativas de ação, identificar quais são os caminhos mais viáveis e eficazes, mapear riscos e oportunidades, explicitar margens de manobra e os constrangimentos que se impõem, enfim, servir de subsídio cognitivo para as suas decisões e comportamentos futuros.

Faz-se necessária a busca do equilíbrio entre dois extremos. É preciso reconhecer os limites, os condicionantes e os obstáculos presentes nos fatores objetivos e subjetivos da conjuntura, entretanto, sem subestimar a capacidade de agência dos sujeitos interessados na análise. Em outras palavras, é necessário reconhecer os constrangimentos estruturais e a correlação de forças atuantes no caso, sem abdicar da exploração rigorosa das possibilidades de ação, reorganização ou reconfiguração do campo político.

Nesse ponto, me ocorre evocar a conhecida metáfora do “equilíbrio de Ícaro”. Assim como na narrativa mitológica grega o jovem Ícaro fracassa ao desobedecer a advertência do seu pai e inventor Dédalo – voando alto demais, faz derreter suas asas de cera, e voando baixo demais, arrisca-se a afogar-se no mar – terminando por empolgar-se na emoção do voo e afogar-se após o derretimento das asas, também na elaboração de orientações estratégicas é imperativo evitar tanto a tentação do voluntarismo ingênuo, que ignora os limites objetivos e intersubjetivos

da realidade, quanto a armadilha do determinismo estéril, que naturaliza os obstáculos e paralisa a imaginação e ação políticas. O bom aconselhamento estratégico deve basear-se, portanto, nesse equilíbrio fino e sofisticado entre ambição e prudência, entre cálculo e ousadia.

Em síntese, a formulação de orientações estratégicas é um desdobramento legítimo e, em muitos casos, requerido mesmo, da análise de conjuntura — sobretudo quando se destina a sujeitos diretamente implicados nos processos analisados. Ainda assim, nunca é demais insistir que essa dimensão estratégica não pode ser confundida com uma simples projeção arbitrária de interesses, valores ou ideais. A análise precede a ação e pode mesmo orientá-la, mas não se subordina a ela, tampouco a agendas exteriores ao compromisso analítico. Sua legitimidade reside na capacidade de oferecer uma interpretação rigorosa da realidade, fundamentada na articulação entre teoria e evidências, e não na adesão cega a posições previamente definidas. A boa orientação estratégica não entrega fórmulas, mas oferece um mapa interpretativo dos condicionantes e possibilidades inscritos na conjuntura. Permite, assim, que os sujeitos decidam e atuem de forma mais consciente, informada e responsável, mesmo em meio às incertezas e aos dilemas que caracterizam o tempo presente. Quando for cabível e desejado, essa pode ser uma das virtudes mais importantes da análise de conjuntura: produzir lucidez estratégica — condição indispensável para quem deseja compreender o mundo não apenas para contemplá-lo, mas também para transformá-lo.

Considerações finais

A análise de conjuntura, tal como concebida neste texto, não é uma prática trivial, nem é uma atividade que se reduz à mera observação natural do tempo presente. Trata-se de uma construção rigorosa e informada que busca conferir inteligibilidade a processos sociais, políticos e econômicos situados no tempo e no espaço. Ela até pode ter como objeto uma conjuntura particular situada no passado, que já atingiu um desfecho conhecido, porém o mais comum é debruçar-se sobre conjuntura ainda presente no momento de sua elaboração — quando se analisa uma conjuntura atual, é aí que residem, a um só tempo, seu fascínio e enormes desafios.

A análise de conjuntura é um instrumento de compreensão qualificada da realidade. Por isso insisti que a elaboração de uma boa análise de conjuntura exige disciplina intelectual, clareza teórica e metodológica e, não menos importante, a manutenção de um compromisso irrenunciável com a separação entre a descrição e interpretação da realidade externa e o mundo subjetivo do analista, seus interesses, preferências e valores próprios. Esse compromisso epistemológico, no entanto, não deve ser confundido com neutralidade absoluta — pois toda análise carrega consigo um ponto de vista particular —, mas sim com o dever de subordinar o resultado da análise aos fatos e acontecimentos, às evidências disponíveis e ao enquadramento teórico escolhido. Só assim a análise de conjuntura adquire sua legitimidade e mesmo sua utilidade prática.

Em contextos marcados por rápidas transformações, incertezas e disputas, a capacidade de produzir boas análises de conjuntura não é apenas uma competência acadêmica, mas uma necessidade para qualquer sujeito, coletivo ou individual, que pretenda compreender o presente de forma esclarecida e nele intervir de maneira responsável.

Analisar uma conjuntura não significa apenas captar o que ela é, mas, sobretudo, discernir o que ela pode se tornar — e, com isso, ampliar nossa capacidade de agir sobre ela. Seu valor reside na aptidão para identificar tendências, mapear possibilidades e esclarecer condicionantes já inscritos no presente. Isso exige, de um lado, vigilância crítica quanto aos limites dos próprios pressupostos analíticos e das evidências disponíveis; de outro, abertura intelectual para aquilo que ainda não se manifestou — ao que permanece latente, inesperado ou inédito no momento da análise. Pois, em última instância, analisar uma conjuntura é sempre enfrentar o desafio de pensar o visível sem ignorar o possível.

Referências

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

CRUZ, S. V. e. Teoria e método na análise de conjuntura. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 72, 2000.

LESSA, R. Por que rir da Filosofia Política?, ou a Ciência Política como techné. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 13, n. 36, 1998.

MARX, K. **O capital [Livro III]**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

PIERSON, P. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

SOUZA, H. de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014[1984].

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: **Metodologia das Ciências Sociais (Parte 2)**. São Paulo: Cortez Editora, 2001[1919].